

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.491 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: WANIA DE OLIVEIRA VIANNA
ADV.(A/S)	: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INADMISSÃO DO APELO EXTREMO PELA ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. CPC, ART. 544, § 4º, I.

1. A decisão do Juízo/Tribunal *a quo* que inadmite o recurso extraordinário pode ser atacada por agravo (art. 544 do CPC).

2. A teor da Súmula 727/STF, esse agravo deve ser apreciado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal. Essa diretriz é excepcionada na hipótese em que se obsta a admissão do extraordinário com base em precedente desta Corte formado sob a sistemática da repercussão geral, pois a decisão com essa configuração é passível de impugnação apenas ao próprio órgão que a prolatou.

3. Para ser conhecido, o agravo deve impugnar especificamente, de forma individualizada, todos os fundamentos por si sós suficientes para manter a inadmissão decretada pela origem.

4. Aplicada pelo Relator a solução de não conhecimento prevista no art. 544, § 4º, I, do CPC, o agravo interno correspondente deve indicar com precisão em que parte o agravo outrora interposto promoveu a impugnação específica da decisão da origem.

5. Sendo inexitoso em demonstrar o desacerto da decisão que reconheceu a ausência de impugnação específica pelo agravo do art. 544 do CPC, o agravo interno deve ser desprovido.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

ARE 907491 AGR / RJ

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.491 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: WANIA DE OLIVEIRA VIANNA
ADV.(A/S)	: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

Trata-se de agravo regimental contra decisão que não conheceu do agravo em recurso extraordinário sob a justificativa de que a parte agravante deixou de impugnar todos os fundamentos da decisão agravada.

Nas razões recursais, sustenta a agravante, em suma, que foi elidida a incidência da Súmula 279/STF nas razões do agravo. No mais, repisa as razões de mérito do recurso.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.491 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

1. A decisão agravada é do seguinte teor:

1. Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso extraordinário sob os seguintes argumentos: (a) deficiência das alegações recursais, nos moldes da Súmula 284/STF; (b) impossibilidade do reexame do acervo fático-probatório, nos termos da Súmula 279/STF.

No agravo, a parte recorrente alega, em síntese, que (a) o recurso preencheu todos os requisitos de admissibilidade; (b) a competência para apreciação da existência, ou não, da repercussão geral é exclusiva do Supremo Tribunal Federal; (c) a matéria possui repercussão geral, uma vez que ataca decisão contrária à súmula ou jurisprudência dominante desta Corte; e (d) apontou de forma expressa os dispositivos constitucionais violados. No mais, repisa as alegações de mérito do apelo extremo.

2. Como se vê, as razões do agravo não impugnaram especificamente todos os fundamentos suficientes para manter, por si sós, a decisão agravada, nada aduzindo sobre o óbice da Súmula 279/STF, o que acarreta o não conhecimento do presente recurso, consoante o disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. Diante do exposto, não conheço do agravo.

As razões do agravo não trazem qualquer subsídio apto a alterar esses fundamentos, motivo pelo qual deve ser mantido incólume o entendimento da decisão impugnada.

2. Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental. É o voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.491

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

AGTE.(S) : WANIA DE OLIVEIRA VIANNA

ADV.(A/S) : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária